

-----**ATA NÚMERO 2/2020**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZASSEIS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E
VINTE.**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Vereadores: Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Rita Senusson Valente Machado de Oliveira Gonçalves, Bruno Ferreira Martins, Paula Freitas Menezes, Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, João Pedro Mendonça Vieira e Rúben Dinarte Silva Abreu. A secretariar esteve presente Celina Maria Pereira Alveno, Chefe de Divisão de Contraordenações e Execuções.-----

---Além dos acima mencionados, estiveram também presentes nesta reunião os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, João Beja, Ênio Câmara, Sandra Machado e Sandra Góis.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Ao iniciar este período o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou que foi recebido, na semana transata, o pedido de suspensão, por trezentos e sessenta e cinco (365) dias, da Vereadora Rubina Leal, referindo: “Infelizmente não tive oportunidade de tê-la cá na reunião, de forma a agradecer o seu trabalho enquanto cá permaneceu. Fica registado o meu agradecimento pelo trabalho desenvolvido nas reuniões, apesar de muitas vezes termos opiniões divergentes. Considero que sempre colocámos a cidade em primeiro lugar. Informo ainda que a pessoa que a substituiria apresentou a sua renúncia ao mandato, pelo que nos próximos 365 dias teremos, em exercício, a Senhora Vereadora Nadina Mota a quem desejo as maiores felicidades.”-----

----- - A Vereadora Nadina Mota, do PSD, agradeceu o desejo de felicidades.-----

-----Continuando, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “No âmbito das políticas de descentralização, de proximidade, cada mês iremos focar-nos numa freguesia pelo que a reunião será nessa freguesia. A próxima reunião de Câmara, realizar-se-á na freguesia de Santa Luzia. Pedimos ao Colégio de Santa Teresinha, a sua colaboração no sentido de nos disponibilizar um espaço. A reunião terá o seu início pelas 10 horas, mas fomos convidados para lá estar meia hora antes, a fim de fazermos uma visita à escola. Sempre somos muito bem-

recebidos e o Colégio gostaria que visitássemos a escola. O resto da reunião será como é habitual. Quem necessitar de transporte para a reunião no Colégio poderemos disponibilizar as carrinhas da Câmara.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, intervindo, questionou: “Portanto, no âmbito destas iniciativas, teremos uma reunião por mês em cada freguesia. Haverá mais alguma iniciativa?”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu: “Haverá mais iniciativas no âmbito das Presidências Abertas, onde irei participar na qualidade de Presidente da Câmara.”-----

-----Prosseguindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, replicou: “Então a única iniciativa aberta aos restantes vereadores desta Câmara será a participação na reunião de Câmara.”-----

----- - Tomando, de novo, a palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, retorquiu: “O Senhor Vereador gostaria de me acompanhar? As Presidências Abertas permitirão mostrar os trabalhos que a Câmara Municipal tem feito, os apoios que a Autarquia tem atribuído às Associações e Juntas de Freguesia do nosso Concelho.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou: “Já há um cronograma para as visitas às freguesias, no âmbito destas Presidências Abertas?”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu: “Primeiro visitaremos Santa Luzia e depois São Roque.”-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, interpelou: “Foi falado que vai haver um novo Orçamento Participativo. Gostaria de saber qual o ponto de situação dos projetos aprovados nos Orçamentos Participativos anteriores e se já estão todos concluídos?”-----

----- - Em relação a esta questão, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, respondeu: “Os projetos que não estão relacionados com obras estão concluídos.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, acrescentou: “Os projetos vencedores do primeiro Orçamento Participativo estão concluídos. Quanto aos projetos do segundo Orçamento Participativo há dois projetos concluídos, um projeto está em execução e os outros dois têm um orçamento que ultrapassa os 100 mil euros, valor máximo que estava definido para cada projeto. É preciso ter em conta que quando os projetos são aprovados muitas vezes tratam-se apenas de uma ideia e a partir do momento que se dá início à execução a estimativa de valor inicial não corresponde à realidade. Perante isso, inscrevemos esses dois projetos para o Orçamento deste ano. Como todos sabem o Orçamento foi reprovado. Ou seja, todas as obras passíveis de concretização, dentro do Orçamento dos 100 mil euros estão concluídas. A cobertura da Escola Domingos Dias e do Edifício 2000 ultrapassam os 100 mil euros e por isso ficaram dependentes da aprovação do Orçamento.”-----

----- - O Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, esclareceu: “O

Orçamento Participativo terá o seu início numa reunião de Câmara. O ano passado não avançámos com uma nova edição porque se considerou que como tínhamos três eleições e o Orçamento Participativo regional poderia levantar algumas questões, além do mais considerámos que era importante redefinir melhores critérios.”-----

----- - Intervindo, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, afirmou: “Tentei verificar se já estava no site da Câmara Municipal, a consulta pública do Regulamento de Estacionamento de Superfície e tive muitas dificuldades em lá chegar. Acho que deveria haver um link, logo na abertura da página, para as consultas públicas, para que fosse mais fácil consultar este tipo de documentos.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia disse que iria comunicar ao Serviço de Informação esse facto.-----

----- - Tomando a palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, disse que gostaria de colocar uma questão que se prendia com os apoios sociais: “A semana passada fez-se um balanço sobre os apoios sociais atribuídos pela Câmara Municipal: manuais escolares, medicamentos. Foi dito que os apoios sociais atribuídos pela Câmara Municipal estariam em risco este ano porque o Orçamento não foi aprovado. Quais os apoios que estão em risco? E, Senhor Presidente, em vez de estar sempre a queixar-se que o Orçamento foi chumbado, sabia que poderia apresentar um novo Orçamento?”-----

----- - Respondendo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Todos os apoios sociais ficam em risco se não tivermos dotação para garantirmos esses apoios até ao final do ano. Ficamos sem poder aceitar mais candidaturas. É um facto que podemos apresentar um novo Orçamento e compreendo que a Senhora Vereadora esteja com um peso na consciência, por ter tido a irresponsabilidade de chumbar o nosso Orçamento, mas nisso não temos responsabilidade. A Câmara irá trabalhar como pode.”--

----- - A Vereadora Joana Silva, do PSD, replicou: “Não temos nenhum peso na consciência. Fizemos o que é melhor e de acordo com o que temos feito sempre. Além do mais, não fomos só nós que chumbámos o Orçamento. Portanto, o problema não somos nós. Mas, pronto, apenas gostava de saber que o Senhor Presidente tinha conhecimento de que podia apresentar um novo Orçamento.”-----

----- - Por sua vez, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, acrescentou: “Acho estranho que diga que se não tiver dotação, não pode prover os apoios. Como bem sabe, se o Orçamento é chumbado aplica-se o do ano anterior. Ou seja, Vossa Excelência tem 97 milhões para gerir a Câmara. E Vossa Excelência também pode fazer alterações orçamentais, aliás como já foi feito e tem ainda os fundos comunitários. É interessante a sua choradinha alegando que vai ter que reduzir os apoios, porque o que aconteceu foi que não conseguiu garantir o apoio da sua coligação e agora coloca o ónus que sempre foram coerentes com a sua posição,

votando contra o Orçamento.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, finalizou: “Não tenho muito mais a acrescentar. Fico estupefacto que uma pessoa com as suas responsabilidades sugira a utilização de fundos comunitários para alterações orçamentais. Tenho a humildade de saber que não sei tudo, mas aquilo que sei, sei defendê-lo da forma correta. Vossas Excelências reprovaram o Orçamento e agora vivem com a consciência disso.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, retorquiu: “O PSD quer que fique registado que não vê nenhuma razão para serem reduzidos os apoios e que qualquer redução será da responsabilidade do PS.”-----

----- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, contestou: “E que fique registado que o Senhor Vereador sugeriu que se usasse fundos comunitários para apoios sociais, financiamento esse que está cativo.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, respondeu que não tinha feito essa sugestão e que o Orçamento da Câmara aplicava-se na totalidade e não em duodécimos.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, referiu: “Gostaria de ser esclarecida sobre os procedimentos para a colocação de passadeiras e marcação das mesmas. É da responsabilidade da Câmara Municipal ou há uma articulação com a PSP ou outra entidade?”-----

----- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, respondeu que

aquele procedimento era da responsabilidade da Autarquia.-----

-----Continuando, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, disse: “Há passadeiras que são colocadas depois de uma curva. Não é mais seguro fazer noutra zona? Por exemplo: na Rua de acesso à antiga prisão, há uma passadeira numa zona perigosa. Na Rua Arcebispo Dom Aires acontece o mesmo bem como na Estrada João Paulo II. Não sou nenhuma perita na área, mas é preciso ter mesmo muito cuidado nessas zonas, quer sejamos condutores, quer sejamos peões. Há pouca visibilidade surgindo passadeiras em zonas com curvas o que pode originar atropelamentos. Tem sido preocupante estas situações e acho que deveremos estudar e ver se podemos fazer algo para melhorar a segurança.”-----

----- - O Vereador Bruno Martins, da Confiança, agradeceu o alerta, informando que também o Senhor Presidente já teria chamado a atenção para esta questão a qual seria objeto de verificação.-----

----- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, acrescentou: “Relembro que quem desce a Rua 5 de Outubro, há uma passadeira, sem que haja sinalização.”-----

----- - Relativamente a este assunto, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, respondeu: “Irei verificar, embora me pareça que está bem solucionado a questão nessa zona.”-----

----- - A Vereadora Paula Menezes, do PSD, intervindo, acrescentou: “Na Rotunda da Autonomia também temos um problema de sinalização. Há muitos carros que passam no sinal

vermelho porque não se apercebem do semáforo.”-----

----- - Usando da palavra, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou: “No nosso primeiro ano de vereação, em termos de mobilidade, recolhemos dados e estudámos o trânsito e a mobilidade na nossa cidade, depois avançámos com simulações. Com base nos dados e simulações, avançámos com alterações. O trânsito tem vindo a melhorar mas temos que estar sempre atentos. Não é possível ter uma solução perfeita na mobilidade, em lado nenhum. Mas fazemos sempre os possíveis para nos aproximar o mais possível da perfeição.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu: “A Praça da Autonomia não pode ser considerada uma rotunda.”---

----- - Intervindo, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, alertou também para os perigos da rotunda junto à Loja do Cidadão, referindo: “Já tive que parar, duas vezes, de repente, devido a uma moto.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, interveio, para acrescentar que a rotunda do Imaculado também estava necessitando urgentemente de iluminação.-----

-----Continuando, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse: “Foi notícia as dívidas da Autarquia à ARM. Há alguma evolução neste processo? A Autarquia mantém o comportamento egoísta porque recebe água e não paga, mas não se coíbe de cortar a água ao pobre munícipe que não a pode pagar.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu:

“Fomos confrontados com esta dívida há cerca de dois anos e temos, neste momento, em curso uma ação judicial contestando o tarifário que previa um aumento de 21% da água aos funchalenses. A água fornecida pela ARM registou um aumento de preço na ordem dos 21% desde 2014, sendo que a Autarquia decidiu continuar a reger-se pelo tarifário anterior. Os aumentos subsequentes de 21%, acumulados desde 2014 até agora, estão a ser contestados em sede de tribunal. E fizemos isso porque queremos evitar aumentar o tarifário ao consumidor. É de todo lamentável que o Governo Regional e a ARM pretendam substituir-se aos tribunais, utilizando a Autoridade Tributária para cobrar uma pretensa dívida que está a ser discutida em tribunal. Enquanto nos assistirem vias legais para travar este aumento de 21% da água diretamente aos consumidores do Funchal, iremos explorar todas as possibilidades para impugnar um tarifário que é injusto. Mas então o que acha o PSD que se deveria fazer? Devíamos aceitar o aumento de tarifário de 21% e refletir isso perante os nossos munícipes?”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSP, retorquiu: “A ARM fará os aumentos de tarifários necessários, tendo em conta os investimentos que faz. O problema é que a ARM é obrigada a fazer mais investimentos devido às perdas de água. A Câmara perde mais de 20 dos 31 milhões de metros cúbicos de água que compra por ano, água que daria para abastecer toda a Ilha da Madeira. Os derrames têm sido uma constante. Agora, se a Autarquia adquire a

água, deve pagá-la.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, interpelou: “Então Senhor Vereador, quer que se pague mais 21%?”-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, esclareceu: “O Funchal paga a água que recebe. Só não paga o aumento de 21% porque esse aumento está a ser discutido em tribunal.”-----

----- - Intervindo, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, acrescentou: “já o Dr. Miguel Albuquerque, quando era Presidente de Câmara, não reconhecia este aumento.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, continuou: “A Câmara Municipal não tem nenhuma dívida à ARM. A água é paga de acordo com os tarifários que reconhecemos. Eu discordo que sejam os funchalenses a pagar os investimentos feitos no Curral das Freiras e na Ribeira Brava. Mas o que pretende o PSD? Que se reconheça o aumento de 21% e que se reflita esse aumento nos nossos munícipes? O PSD pretende que se coloque os nossos munícipes a pagar mais 21% de água?”-----

----- - A Vereadora Paula Menezes, do PSD, intervindo, referiu: “Acho que deviam pagar a ARM e se o tribunal der razão à Câmara, então a ARM devolveria esse valor.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, replicou: “Vocês estão a defender a posição do Governo e não os funchalenses. Vocês estão a defender que se aumente a 21% a água aos munícipes.”-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador Jorge Fernandes, do PSD, retorquiu: “Não diga coisas que não dissemos. Apenas receamos que a Câmara perca a causa em tribunal e com o impacto de ter que pagar os atrasos, mais os juros de mora à ARM. Isso vai ter duros reflexos na Câmara Municipal.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, questionou: “E quem é que tem que pagar esse aumento?”-----

----- - Respondendo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse: “Reduzam as perdas.”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, interveio, de novo, referindo: “Temos hoje perdas muito inferiores às perdas que existiam no tempo do PSD. No tempo do PSD nunca houve uma redução das perdas. Querem que o Funchal pague reduzindo perdas que o PSD, durante todo o tempo que cá esteve, nunca conseguiu fazer. Açam que este aumento é justo para os munícipes do Funchal? Porque se defendem que temos que pagar à ARM, então defendem que haja um aumento do valor da água para os munícipes. Eu compreendo a sua ambivalência, pelas suas funções, mas tem que optar, ou defende o Funchal ou defende o PSD. Devia focar-se nos conteúdos e não nas manchetes. Para mim ficou claro que a posição do PSD é que a Câmara deve aumentar o preço da água aos munícipes.”-----

----- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, respondeu: “Não diga que eu disse coisas que não disse.”-----

----- - Intervindo, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, declarou:

“Quando gerimos uma Câmara devemos saber quais as nossas responsabilidades. Devem saber gerir o Orçamento.”-----

----- - A este propósito, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, questionou: “Então o que querem? Que tiremos dinheiros dos apoios sociais?”-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, finalizando, acrescentou: “Teríamos que refletir o aumento dos custos nas faturas dos munícipes. Pagar mais 21 % à ARM significaria aumentar as faturas dos munícipes.”-----

----- - Usando da palavra, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, referiu: “A Secretária Regional diz hoje no jornal que a Câmara Municipal do Funchal tem vindo a proceder a aumentos de tarifários aos seus munícipes. Gostaria que ficasse registado em ata, que isso é absolutamente falso.”-----

----- - Seguidamente, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou qual a razão porque o caminho, acima do Caminho da Fê, tinha sido fechado ao trânsito.-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, informou que o caminho já fora aberto e que esteve encerrado na sequência de uma intervenção, mormente uma obra de substituição de fibrocimento.-----

-----Prosseguindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, interpelou ainda: “Foi também noticiado que se voltou a abrir a Fernão de Ornelas.”-----

----- - O Vereador Rúben Abreu, da Confiança, respondeu:

“Estamos a concluir a obra, a parte da conclusão do mobiliário. Tivemos que suspender por causa das festividades do Natal.”-----

----- - Intervindo, e ainda sobre as Presidências Abertas da Câmara Municipal do Funchal, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, questionou: “O Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia estava desagrado por não ter sido convidado para participar na Presidência Aberta. Está previsto a participação dos Presidentes das Juntas de Freguesia nas Presidências Abertas?”-----

----- - Em relação a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu: “Não está previsto a participação dos Presidentes das Juntas. Haverá reuniões com as Juntas de Freguesia e visitas ao terreno, de forma a verificar como estão a ser cumpridos os acordos de execução, se assim as Juntas o entenderem. Mas não está previsto a participação dos Presidentes de Junta nas Presidências Abertas, nas visitas a instituições. O Governo quando faz inaugurações em São Roque e Santo António convida as Juntas de Freguesia e não convida a Câmara Municipal. Quando inaugura em São Martinho, não convida nem a Junta de Freguesia, nem a Câmara Municipal. Eu não terei essa atitude. Tenho um comportamento igual com todas as Juntas de Freguesia, independentemente dos partidos.”-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1ª Fase, Lote 1 – ETAR do Funchal e Emissário Submarino” – Prorrogação da garantia bancária do adiantamento de preço e apresentação de novo Plano de Trabalho e Cronograma Financeiro:** - Em presença do respetivo processo e da informação da Divisão de Contratação Pública (datada de 2020/01/13), a Câmara aprovou por maioria, com a abstenção do PSD, o pedido de prorrogação da garantia bancária ao adiantamento de preço e aprovar o novo Plano de Trabalhos revisto bem como o Cronograma Financeiro atualizado, apresentado pelo adjudicatário da empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias – 1ª Fase, Lote 1 – ETAR do Funchal e Emissário Submarino”.

2 – PAGAMENTO DE DÍVIDAS EM PRESTAÇÕES: - Em relação ao pedido formulado pela Empresa “Emídio & Carlos, Lda.” (proc.º 61659/2019), para o pagamento em cinco (5) prestações mensais, da dívida no valor de € 5.653,36 (cinco mil seiscientos e cinquenta e três euros e trinta e seis cêntimos), referente às taxas de publicidade e ocupação da via pública, do estabelecimento sito à Rua da Queimada de Baixo, número cinquenta, freguesia da Sé, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir, tendo por base a informação da Divisão de Contabilidade e Finanças (datada de 2020/01/07).

----- - Perante o requerimento da Empresa “Bom Salgado, Lda.” (proc.º 51995/2019), solicitando o pagamento em prestações

mensais da dívida no valor de € 3.681,60 (três mil seiscientos e oitenta e um euros e sessenta cêntimos), referente às taxas de publicidade do estabelecimento situado ao Caminho do Poço Barral – Impasse 1 LT treze, freguesia de Santo António, a Câmara, em função da informação da Divisão de Contabilidade e Finanças (datada de 2020/01/07), deliberou, por unanimidade, deferir.-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF)**.-----

3 – REGULAMENTO:-----

----- - **Projeto de Regulamento da Taxa Municipal Turística do Funchal – Submissão a Consulta Pública:** - Acompanhada do respetivo projeto de Regulamento, foi presente a seguinte proposta de deliberação, submetida pelo Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia:-----

---“Considerando que: a) O Turismo representa um papel fundamental para a economia local e regional, sendo que o número de turistas, cada vez mais ativos e consumidores de atividades, implica uma procura e pressão sobre os equipamentos, as infraestruturas e sobre o espaço urbanizado e natural no seu conjunto; b) Tendo em vista continuar a garantir que o município do Funchal seja visto como um destino de referência, de qualidade e sustentável é importante desenvolver estratégias que permitam à autarquia salvaguardar, manter e desenvolver os seus equipamentos e infraestruturas, reabilitar e dinamizar os núcleos históricos, atuar na segurança de pessoas e bens, na limpeza e

higiene urbana, na promoção e na valorização do produto turístico;

c) Pretende-se, em concreto, afetar as receitas provenientes da taxa municipal turística a três grandes áreas de intervenção, a saber: - Investimento na qualificação do destino turístico Funchal, requalificando o espaço público, pela dotação de melhores infraestruturas do ponto de vista turístico, como é o caso dos museus, do Teatro Municipal, dos mercados municipais, postos de informação, entre outros imóveis municipais. - Conservação de infraestruturas que se veem pressionadas pelo maior afluxo de turistas a nível de limpeza urbana, conservação de parques e jardins e redes de infraestruturas que necessitem de maior intervenção. - Mitigação de efeitos sociais ou distorções que os fluxos turísticos possam gerar no Funchal, designadamente no setor da habitação, atendendo aos casos dos cidadãos que começam a ver os seus contratos de arrendamento terminados para dar lugar a novas realidades, nomeadamente estabelecimentos de alojamento local. Tal implica, por diversas vezes, que os municípios sejam primeira porta de entrada para essas pessoas, na procura de habitação. Por sua vez, na área do comércio almeja-se, também incrementar um investimento integrado e consciente, mormente no comércio tradicional, um dos fatores distintivos do Funchal enquanto destino turístico; d) A Câmara Municipal do Funchal deliberou em reunião ordinária de 6 de julho de 2018 o início do procedimento e participação procedimental do Regulamento da Taxa Municipal Turística do

Funchal, com os fundamentos constantes naquela deliberação que se dão aqui por inteiramente reproduzidos; e) Na aludida deliberação ficou definido que o citado diploma, quando concluído, deveria ser submetido à apreciação desta Câmara Municipal, para que a mesma deliberasse, caso assim o entendesse e nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, normativo que aprovou o Código do Procedimento Administrativo (CPA), submeter o mesmo a consulta pública. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal delibere submeter a consulta pública, nos termos do disposto no artigo 101.º do CPA e nos termos expostos na informação dos gestores do presente procedimento, o projeto do Regulamento da Taxa Municipal Turística do Funchal e a respetiva fundamentação económico-financeira do valor da taxa, documentos anexos à presente deliberação”-----

--- - A Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, questionou: “Os funchalenses se ficarem num hotel no Funchal, terão que pagar alguma taxa?”-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia respondeu que não.-----

--- - Continuando, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, referiu: “As taxas pressupõem um benefício. Qual será o benefício direto que o turista terá?”-----

--- - Respondendo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Nós estamos a seguir o mesmo modelo seguido por Lisboa,

Porto, Cascais, Gaia. A taxa serve para garantir a cidade, enquanto destino turístico.”-----

--- - Intervindo, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, retorquiu: “É preciso ter em conta os *timings*. Quer Lisboa, quer o Porto avançaram com esta taxa numa altura em que o turismo estava a crescer. Há cidades que têm vindo a reduzir a taxa. Há uma preocupação da região devido à quebra no turismo e que tendencialmente continuará a acontecer. Gostaríamos que ficasse registado a nossa preocupação de que esta taxa, poderá diminuir a atratividade pelo nosso destino.”-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu: “Não estamos a aprovar a taxa. Estamos a aprovar a consulta pública. No entanto, não acredito que haja uma inevitabilidade na queda de turistas. Continua a existir por parte dos empresários, vontade e interesse em criar mais hotéis, não só no Funchal, mas na Região. No Funchal temos quatro em carteira. A oferta continua a aumentar. Por isso não devemos ter uma análise pessimista. Devemos sim investir no destino, e isso é uma forma de o conseguirmos.”-----

--- - A Vereadora Paula Menezes, do PSD, questionou: “A consulta pública poderá inviabilizar a taxa ou o seu valor?”-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu: “O valor poderá ser alterado e a data de entrada em vigor também poderá ser analisada.”-----

--- - Tomando a palavra, a Vereadora Nadina Mota, do PSD,

questionou: “E o *time sharing*, onde se enquadra?”-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu: “Estando omissos, não haveria lugar ao pagamento. Mas é uma boa questão. Também já se colocou a questão dos cruzeiros. Os nossos operadores sentem uma concorrência desleal dos cruzeiros. Não existe nenhum modelo a funcionar, ou seja, ainda não se conseguiu implementar este modelo de taxa aos cruzeiros. Ao contrário da taxa de proteção civil que foi considerada inconstitucional, ainda não foi levantada em nenhum Município, essa questão quanto à taxa turística.”-----

--- - O Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou quem ficaria com a comissão pela cobrança e como vai esta taxa beneficiar o arrendamento jovem.-----

--- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu que “os empreendimentos e estabelecimentos que prestam o serviço de liquidação e cobrança da taxa recebem uma comissão por essa cobrança e a Câmara Municipal irá usar a receita proveniente da taxa municipal turística no investimento, na qualificação do destino turístico Funchal, na conservação de infraestruturas que se veem pressionadas pelo maior afluxo de turistas a nível de limpeza urbana, conservação de parques e jardins e redes de infraestruturas que necessitem de maior intervenção, bem como na mitigação de efeitos sociais ou distorções que os fluxos turísticos possam gerar no Funchal, designadamente no setor da habitação, atendendo aos casos dos cidadãos que começam a ver os seus

contratos de arrendamento terminados para dar lugar a novas realidades, nomeadamente estabelecimentos de alojamento local. É desta forma, que esta taxa irá beneficiar o arrendamento jovem”.---

--- - Colocada à votação foi aprovada por maioria, com os votos a favor da Coligação Confiança e os votos contra do PSD e do CDS/PP.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Votamos contra porque esta taxa não tem qualquer razoabilidade na atual conjuntura. Esta taxa poderá diminuir a atratividade pelo nosso destino.”-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** “Voto contra porque não há um benefício direto para a pessoa que pagará esta taxa turística municipal. Pelo exposto, não se deve prosseguir com a consulta pública.”-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às doze horas e vinte minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Contraordenações e Execuções, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 32/2020, publicada nos locais de estilo.